

O FUTURO DA OPEN PEER REVIEW NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE FUTURE OF THE OPEN PEER REVIEW IN INFORMATION SCIENCE

Joana Coeli Ribeiro Garcia¹
Maria das Graças Targino²

Resumo: A Ciência da Informação (CI) acompanha os rumos da ciência e da comunicação científica, com atenção para a ciência aberta e suas implicações, destacando-se a reestruturação gradativa do formato de avaliação dos artigos científicos da blind review para a open peer review (OPR). Este paper se inclui num projeto abrangente, o qual, a princípio, analisou o nível de aceitação dos editores brasileiros, com apresentação do texto final no ENANCIB 2017 e, a posteriori, dentre os avaliadores de periódicos brasileiros, em artigo em fase de edição. Assim, a comunicação apresenta os resultados das pesquisas realizadas com os dois segmentos de atores no processo de editoração da CI para sumarizar a tendência da área diante das chances de adoção da OPR. São objetivos: (1) identificar características e modalidades da OPR; (2) discutir a aceitação da OPR no campo da CI; (3) delinear (des)vantagens que os dois grupos percebem quanto ao sistema aberto. A população da pesquisa incorpora periódicos conceito Qualis Capes A e B, com taxa de resposta de 40,54% dentre os 37 editores e de 26,6% dentre os 709 avaliadores. A coleta de dados se deu por meio de questionários eletrônicos enviados às unidades amostrais em 2016-2017 a editores de 37 títulos e em 2017-2018 aos referees de 34 títulos. A redução dos periódicos explica-se pelas alterações da avaliação Qualis 2017. Dentre os resultados, chama atenção o fato de a maioria dos editores (66,6%) estar disposta a adotar a OPR, acreditando que incrementa a qualidade das revistas contra índice próximo (60,8%) dos avaliadores. Ambos os grupos concordam que há vantagens na avaliação aberta (91%) tanto para a CI quanto para as revistas (60%). As características mais citadas são: avaliação mediada pelo editor e assinada. Infere-se, portanto, que a CI ensaia passos decisivos rumo à nova modalidade de qualificar a ciência: a open peer review.

¹ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Professora Titular do Departamento de Ciência da Informação com atuação na Graduação em Biblioteconomia e em Arquivologia e no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: nacoeli@gmail.com.

² Doutora em Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Atuou com professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-Chave: Avaliação da ciência. Avaliação por pares. Avaliação por pares aberta. ciência aberta. Comunicação científica.

Abstract: *The information science (IS) follows the advance of science and scientific communication, with special attention to open science and its implications, among which is the gradual restructuring of the evaluation format of the scientific articles of the blind review for open evaluation or open peer review (OPR). This paper is included in a comprehensive project, which at first analyzed the level of acceptance of the brazilian editors, presenting the final text in ENANCIB 2017 and, a posteriori, among the brazilian periodicals evaluators. Thus, the communication presents the results of the research carried out with the two segments of actors in the process of publishing in the IS to summarize the tendency of the area in the face of adopting the OPR. The objectives are: (1) to identify characteristics and modalities of the OPR; (2) to discuss the acceptance of the OPR in this field; (3) to delineate (dis)advantages that the two groups perceive regarding the open system. The research population incorporates IS journals Qualis / Capes A and B, reaching a answer rate of 40.54% among the 37 editors and 26.6% for the 709 evaluators. It collects information through electronic questionnaires sent to the sample units in 2016-2017 to the 37 editors and in 2017-2018 to 34 journals. The decrease in the number of journals results by the Qualis 2017 evaluation. Among the results, it is noteworthy that most editors (66.6%) are willing to adopt the OPR, believing that it increases the quality of journals against near index (60.8%) of the evaluators. Both groups agree that there are (dis)advantages in open assessment (91%) for both IC and journals (60%). The most cited characteristics are editor-mediated and signed evaluation. It infers that the Information Science is testing decisive steps in the new modality of qualifying the science: the open peer review.*

Keywords: *Science evaluation. Peer evaluation. Open peer review. Open Science. Scientific communication.*

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, pesquisas reiteram que a revisão por pares é essencial à qualidade da ciência e ao avanço da ciência e tecnologia (C&T). Ao tempo em que Crawford e Stucki (1990) insistem na fragilidade dos resultados de pesquisas científicas divulgados sem o devido *imprimatur* de qualidade por parte da comunidade científica, paradoxalmente, os processos de avaliação estão potencialmente sujeitos a constantes críticas por apresentarem exemplos tendenciosos ou lentos. Como resposta, mutações sucessivas vêm ocorrendo no universo da avaliação de periódicos. Suas significativas variações conduzem pouco a pouco, a um novo modelo cogitado há muito tempo – o *adversary model* (modelo de adversários) – ou *open peer review* (OPR).

Segundo Schmidt et al (2018), à medida que a agenda mais ampla de investigação aberta consolida-se, as variações da OPR são cada vez mais identificadas como características regulares dos procedimentos de publicação. Tal afirmativa, fio norteador de pesquisa ampla cadastrada junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob o título “Sistema de *open peer review* no campo das revistas de Ciência da Informação”, justifica a obrigatoriedade dos autores em difundirem não apenas os resultados parciais como, neste momento, sumarizar a tendência da área diante das chances de adoção da OPR.

Isto porque, a princípio, analisou-se o nível de aceitação dos editores no campo da Ciência da Informação (CI), com apresentação do texto final (GARCIA; TARGINO, 2017) no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2017), promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e, *a posteriori*, dentre os avaliadores, em artigo ora em fase de edição. Assim, a comunicação apresenta, neste momento, os resultados das pesquisas realizadas com os dois segmentos de atores – editores e avaliadores – no processo de editoração da CI.

Além do prosseguimento da linha de pesquisa adotada, alguns pressupostos justificam tal junção. O primeiro, dentre eles, é a convicção de que há perfeita mobilidade entre os construtores da área, com registro de muitos autores entre editores e avaliadores. Segundamente, a OPR é um sistema que favorece não apenas qualificar melhor o produto científico em qualquer área, como também examinar, selecionar e melhorar os manuscritos em fase de avaliação, haja vista, que nesta pesquisa, há diálogo entre autores e avaliadores, o que

conduz a indícios de que, ainda que gradativamente, a avaliação aberta pode ser aceita e adotada no campo da CI, sem relegar a positividade e a negatividade que qualquer sistema avaliativo carrega consigo, até porque é por meio da antítese que a ciência se desenvolve.

Ross-Hellauer (2017) considera a avaliação aberta o maior pilar da ciência. Atesta que, em termos quantitativos, as definições vêm se ampliando, sobretudo, no período compreendido entre as décadas de 80 (século XX) e o ano de 2010 (século XXI). Na revisão sistemática que realiza, apresenta e discute 122 definições da OPR visando estabelecer uma tipologia de distintas inovações propícias à ampliação e ao aperfeiçoamento da avaliação da ciência e, por conseguinte, à sua maior aceitação pelos cientistas. Ele próprio publica os resultados de seu estudo, acompanhado do nome dos *referees* e de seus pareceres.

Nos dias atuais, a *blind review*, ou seja, a avaliação cega, seja ela *single blind*, quando somente o avaliador conhece o autor, seja ela *double blind*, quando avaliadores e autores não se conhecem, mantém-se gerenciada pelos editores. Estes selecionam os *referees* segundo as demandas das revistas considerando o avaliador e sua proximidade com a temática dos originais. Porém, apesar de a *blind review* ser a modalidade avaliativa prevalecente em todos os campos do conhecimento, vem sendo alvo de críticas crescentes e diversificadas. Por exemplo, para Spinak (2018) e Walsh et al (2000), as desvantagens da *blind review* são assim sintetizadas: (1) nem sempre é efetivamente aprofundada e consistente, haja vista que está involucrada no anonimato e, por conseguinte, pode não detectar eventuais e sérios problemas nos originais; (2) tende a apresentar discrepâncias entre os pareceres finais; (3) requer bastante tempo, haja vista que os manuscritos podem ser submetidos a envios / reenvios / reajustes de diferente natureza, como de linguagem e/ou de linha editorial; (4) permite distorções sociais e de publicação, uma vez que os originais estão sujeitos às linhas de pensamento, aos valores e ao contexto (procedência, campo e nível de atualização) dos *referees*; opinião de cientistas de determinada área do conhecimento, época e lugar; (5) os avaliadores nem recebem crédito nem remuneração por seu complexo trabalho.

Se até mesmo no campo educacional e em todos os níveis de ensino, controvérsias cercam qualquer modalidade avaliativa, demonstrando que inexistente procedimento capaz de atender às demandas de todos, é evidente que, em se tratando da comunidade científica, tudo é mais difícil. Afinal, como Bourdieu (1994) assegura, o universo da ciência assemelha-se a um

campo social, como qualquer outro, onde existem e resistem uma malha intrincada de relações de força e de monopólios implícitos ou explícitos. Como decorrência, a avaliação aberta da ciência pelos pares pode assegurar maior fidedignidade aos procedimentos avaliativos frente aos conceitos subjacentes à *open peer review* (OVERVIEW, 2006).

Tais posicionamentos conduzem a maior ou a menor aceitação da OPR em diferentes áreas, graças às possibilidades que o novo formato apresenta, como: identidades abertas; informes abertos; participação / interação aberta; manuscritos abertos previamente à revisão; abertura da versão final aos comentários; plataformas abertas; possibilidade de adesão do grande público à produção. Tais características e outras são lembradas tanto por Spinack (2018) quanto por Ford (2013), cujo instrumento de coleta é adotado como fundamento para as duas pesquisas finalizadas incorporadas ao projeto amplo submetido ao CNPq, como antes mencionado.

Sob esta ótica, é objetivo macro do *paper* avaliar a viabilidade da OPR na esfera da CI a partir da hipótese sustentada por cientistas, como Walsh et al (2000), segundo a qual, apesar de a maioria das revistas científicas de todos os campos do conhecimento adotar a *blind review*, não há evidências de que é ela mais eficiente do que a OPR. A partir daí, reiterando que, dentre editores e avaliadores, estão os autores, uma vez que todos se revezam dentre as funções inerentes ao fluxo da informação e da comunicação científica, são objetivos operacionais: (1) identificar características e modalidades da OPR sob a perspectiva de editores e avaliadores; (2) discutir a aceitação da OPR no campo da CI; (3) delinear (des)vantagens que os dois segmentos percebem quanto ao sistema aberto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em adesão a autores do campo da produção científica / edição de periódicos, entende-se ser impossível sobreviver sem avaliação dos pares. Analisar a quantidade de modalidades vigentes, na contemporaneidade, é quase impossível, tendo em vista que objetividade e precisão de julgamento constituem utopia, uma vez que a ideologização está presente no cotidiano dos árbitros, em sua condição de seres humanos. Afora os aspectos intrínsecos a cada indivíduo, há a presença ostensiva de critérios externos, no sentido de privilegiar correntes teóricas, países,

instituições e até indivíduos que detêm momentaneamente a autoridade na ciência (BOURDIEU, 1994), o que conduz Chirino et al (2017, p. 1, tradução nossa) a afirmarem *ipsis litteris*:

Os processos de avaliação de periódicos acadêmicos e científicos têm se transformado nos últimos anos devido ao aumento tanto no número de periódicos quanto de artigos recebidos. Além disso, o uso da internet gerou uma forte abertura da ciência, com mais e mais títulos em acesso aberto. As equipes editoriais tiveram que se adaptar e decidir sobre um modelo de avaliação que se encaixe nesse novo ambiente.

Trata-se de posição que elimina, por completo, a convicção de clássicos da comunicação científica, como Ziman (1979, p. 69), para quem, considerando a ineficácia dos filtros, sugere “[...] permitir que todo trabalho aparentemente válido seja publicado; o tempo e pesquisas posteriores separarão, no final, o que é verdadeiro do falso.” Sem desconsiderar a exatidão das observações, a lógica e o detalhamento como essenciais à ciência, esse teórico considera inviável assegurar a manutenção de padrões críticos elevados no que concerne a todos os envolvidos na editoração, com ênfase para autores, editores e avaliadores, o que justifica compartilhar a responsabilidade a eles atribuída com os partícipes da editoração em sua totalidade, incluindo pares e sociedade.

Os procedimentos de avaliação variam a depender da singularidade das áreas, subáreas e especialidades, mas, sem dúvida, da forma de atuação e visão de mundo dos atores. Ademais, diante do avanço das tecnologias de informação e de comunicação (TIC), mudanças drásticas ocorrem no universo da C&T e da comunicação científica. Autores lançam mão de inovações tecnológicas para disseminar os resultados de seus achados na esfera da comunidade científica e/ou das coletividades, às vezes, por seu computador pessoal, sem aval nem de *referees* nem de uma editora ou de um título científico.

Se, como visto, Ross-Hellauer (2017) compilou 122 definições da OPR, evidenciando, junto com Ford (2013) e P2P-Foundation (2016), alguns traços da revisão aberta, e, como decorrência, seus pontos fortes e fracos, Chirino et al (2017), por sua vez, assinalam três categorias da avaliação aberta presentes de forma independente nos títulos que a adotam. A experiência vivenciada pela revista *Encrucijadas*, por eles analisada e a primeira revista em Ciências Sociais em OPR, segue as diretrizes da primeira – identidades abertas:

1. Identidades abertas – os editores remetem os manuscritos para revisão: os *referees* sabem o nome dos autores e ao receberem o parecer, conhecerão a identidade dos avaliadores

junto com os comentários. Há, ainda, a “interação aberta”, em que os editores afiançam o diálogo permanente entre autores e avaliadores.

2. Pareceres abertos – ao fim do julgamento dos originais, os pareceres assinados por seus respectivos árbitros são publicados junto com o artigo. Isto corresponde à tendência de publicar os relatórios em plataformas especiais, abertas e independentes, que permitem a desconexão entre originais e revisões. Dentre elas, cita-se a *Publons* (<https://publons.com>). Criada na Nova Zelândia, 2012, registra num portal *web* a contribuição de pareceristas e encoraja pesquisadores a postar suas experiências *online*. A *PubPeer* (<https://pubpeer.com>) permite aos usuários discutirem e revisarem pesquisas científicas, propiciando aos acadêmicos (ou não) seu engajamento na revisão por pares pós-publicação, destacando-se na identificação de falhas em artigos, teoricamente, de nível elevado, e, em alguns casos, provocando retratações e reconhecimento de plágio. A *Faculty of 1000* (<https://f1000.com>) destina-se a cientistas especificamente da área de saúde.

3. Participação aberta – a comunidade é convidada para fazer parte do processo de arbitragem. Às vezes, tal envolvimento favorece o *upload* dos artigos na versão inicial antes da avaliação (para tanto, existem repositórios, como arXiv) ou propicia a revisão após a edição do *paper*, como Targino e Garcia e Silva (2018) detalham.

Não obstante a diversidade de conceitos, a OPR nem tem data exata de criação nem tampouco “paternidade” inconteste, apesar da tentativa de Mora-Campos (2015) e Ranalli (2011) de delinear sua pré-história e evolução. Ross-Hellauer, por seu turno, em 2017, analisando as definições da literatura, por década, registra tímido início em 1980 e crescimento entre 10 e 15 publicações por ano, em 2010, ou seja, quatro décadas após.

Além desse vazio teórico sobre sua origem, tal como se dá com o sistema de avaliação como um todo, a OPR continua cercada de discussões, como revisão de literatura empreendida por DeCoursey (2006) e Ford (2013) comprova. Apontam desvantagens, como: lentidão; complexidade de procedimentos desde o recebimento dos originais até a edição; possíveis desavenças entre o trio autores x editores x avaliadores e, sobretudo, entre autores e avaliadores, com possíveis retaliações em situações futuras dentre os envolvidos. Não se pode perder de vistas as palavras literais do sociólogo francês Pierre Bourdieu, para quem uma discussão com pretensão de isolar as dimensões essencialmente políticas nos conflitos na esfera

do campo científico soa tão falsa quanto a tendência de levar em conta apenas as determinações puramente intelectuais dos conflitos científicos:

[...] A luta pela obtenção de créditos e de instrumentos de pesquisa [...] não se reduz jamais a uma simples luta pelo poder propriamente político. Aqueles que estão à frente das grandes burocracias científicas só poderão impor sua vitória como sendo uma vitória da ciência se forem capazes de impor uma definição de ciência que suponha que a boa maneira de fazer ciência implica a utilização de serviços de uma grande burocracia científica, provida de créditos, de equipamentos técnicos poderosos, de uma mão-de-obra abundante (BOURDIEU, 1994, p. 46).

Vê-se que a complexidade do universo científico não torna qualquer julgamento em simples tarefa, tanto na avaliação fechada quanto aberta. Porém, a maior vantagem da OPR – transparência e democratização dos procedimentos avaliativos – é lembrada, com frequência, em *blog* mantido por Eva Amsen, desde 2014, com o intuito de trazer à tona procedimentos inovadores, reforçando que a diversificação da avaliação, em qualquer instância e circunstância, é um marco do trabalho humano. Em sua visão, os benefícios da OPR para autores e leitores são assim recompilados: (1) o autor tem a chance de saber quem revisou seu trabalho; (2) os comentários contextualizam o *paper*, gerando informação adicional para o público; (3) a polarização entre os revisores é reduzida; (4) a tendência aponta para comentários mais construtivos; (5) os relatórios dos juízes servem como parâmetro para os pesquisadores juniores. No caso dos avaliadores, são estes os benefícios da revisão aberta: (1) expõem opiniões mais consolidadas; (2) comprovam sua experiência como avaliador; (3) certificam sua atuação na elaboração do artigo na íntegra.

A este respeito, Ford (2013) e Shanahan e Olsen (2014) consideram a mais relevante vantagem prover aos autores e ao público informações adicionais, com frequência, de grande valia, porquanto são expressas com maior isenção, no sentido de que os árbitros mantêm certo distanciamento do objeto de estudo. É o momento de compartilhamento da visão crítica dos *referees* com os originais, o que permite aos autores uma sempre profícua autoavaliação. Em complementação, Amsen (2014) e DeCoursey (2006) posicionam como a primeira grande vantagem do sistema aberto a possibilidade de os revisores serem mais discretos e construtivos. O segundo benefício é que o sistema inibe avaliadores que surgem, aqui e ali, vetando trabalhos de qualidade com o intuito de se apropriarem das ideias autorais, apesar de os originais serem enviados a mais de um especialista exatamente para maior transparência do processo. Por fim,

a divulgação do nome dos revisores possibilita o crédito esperado que acompanha cada artigo, estimulando a excelência da análise dos avaliadores. Afinal, quando a ciência ruim é divulgada, a negligência dos revisores é indício tão grave quanto a incompetência dos autores.

No caso dos títulos eletrônicos, a proposta mais comum é descrita por Stumpf, ainda em 2005. Trata-se da disponibilização de artigos por cerca de três meses, por exemplo, num servidor *web*, com chance de o autor receber e trocar sugestões advindas de estudiosos e/ou de leigos, pois não há como selecionar os comentaristas. Kern (2017) refere-se à variabilidade de revisão por pares e à inovação na comunicação científica, citando o depósito de *preprints* como estratégia de difundir os achados antes mesmo da avaliação e da publicação. Significativo exemplo é o citado repositório arXiv.org, que disponibiliza no espaço virtual *preprints* eletrônicos de artigos científicos nos campos da matemática, física, ciência da computação, biologia quantitativa e estatística, acessíveis para apreciação tão somente de expertos, figurando como mecanismo de qualidade via crítica permanente. Mesmo sem avaliação formal, na opinião de Nassi-Calò (2017), ao receberem sugestões de eventuais moderadores, acelera-se a disseminação das pesquisas em execução.

Por fim, apesar da significativa expansão durante as últimas décadas do Movimento do Acesso Aberto (*Open Access*), defensor do princípio de que a publicação científica deve ser disponibilizada gratuitamente a qualquer cidadão, a OPR ainda constitui minoria. Ainda que Chirino et al (2017) citem o título *Medical Journal of Australia*, como pioneiro da *open peer review*, ainda em 1997, acrescentam que o incremento gradual vem ocorrendo, em especial, dentre os periódicos das chamadas “ciências duras”, na esfera anglo-saxônica. De fato, no caso da Ciência da Informação, no ENANCIB 2017, evento de maior significação na área, em termos de Brasil, dentre todos os *papers* submetidos à apreciação e aceitos, há registro de tão somente dois trabalhos apresentados no GT-7 Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação sobre a OPR. Sobre esse crescimento inexpressivo, acredita-se que decorre da carência de conceitos e características da revisão aberta bem consolidados, como Ford (2013) descreve, o que estimula a continuidade da *blind review* em suas duas vertentes – *single* ou *double blind*.

Aqui, vale um adendo. Comprovadamente, no século XVIII, há maior resistência à avaliação para edição dos fascículos dos títulos científicos, exatamente, no campo médico. Hoje,

porém, são as revistas médicas que vêm contribuindo para a transmutação dos modelos fechados para os abertos. Além do *International Journal of Psychoanalysis*, títulos, como *Science*, *Nature* e *British Medical Journal* têm se manifestado. Por exemplo, *The British Journal of Psychiatry* relata pesquisa acerca da experiência do *British Medical Journal* a cargo de Elizabeth Walsh et al, ano 2000, o que significa que há mudanças a caminho. Em artigo de Nassi-Calò (2017), o autor sinaliza as dificuldades iniciais do sistema da ciência até adotar a prática de arbitragem como forma de assegurar a integridade da literatura acadêmica. Para a autora, a prática da OPR tende a se consolidar. Acresce, então, que Alex Csiszar, em artigo de 2016 para *Nature*, intitulado *Peer review: troubled from the start*, ressalta que a ciência pode, sim, adotar mecanismos de autorregulação visando ao consenso, mas ciente de que a avaliação continua essencial ao desenvolvimento científico e tecnológico.

No caso do Brasil, pesquisas recentes, como a de Tennant e Graziotin e Kearns (2017), demonstram que é preciso investir maciçamente em inovações tecnológicas, as quais são indispensáveis para atender às condições exigidas pela OPR. Mediante título bastante provocativo – “Nós temos a tecnologia para salvar a avaliação por pares: agora compete às nossas comunidades implementá-las” – os autores afirmam existir condições tecnológicas, ao contrário do que se propaga. Na realidade, compete às comunidades implementá-las. Assim sendo, indicam fundamentos que sustentam qualquer sistema de revisão por pares:

1. Controle de qualidade e moderação – toma por base a confiança na qualidade dos periódicos e num moderador habilitado a fim de evitar *feedbacks* “truncados” e garantir a participação e o engajamento da comunidade para validar pesquisas executadas, independentemente da edição dos periódicos.
2. Incentivo de desempenho e envolvimento da avaliação por pares e das coletividades – encorajamento da avaliação por meio de plataformas, à semelhança de *Publons*, *PubPeer* e *Faculty of 1000*, e, também, de repositórios de *preprints*, como arXiv.
3. Certificação e reputação – incentivo à participação por meio de procedimentos transparentes e interativos além de identificação e certificação atribuída ao avaliador combinada com sua reputação como autor e ação contínua como *referee*.

Para Tennant e Graziotin e Kearns (2017), são condições desafiadoras, mas tangíveis e que asseguram amplitude e reconhecimento à revisão por pares por intermédio de ascensão funcional, contratação de natureza diversa, permanência e incentivo às mudanças.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos, a presente pesquisa, de cunho quantitativo e qualitativo, utiliza como método de pesquisa o *survey*. Configura-se como campo da estatística aplicada e metodologia de pesquisa que estuda unidades individuais de determinado universo e as técnicas de coleta de dados de pesquisa associados, tais como recursos para aperfeiçoar a precisão das respostas do instrumento de coleta, no caso, aplicado a editores e avaliadores das revistas brasileiras da área de CI. Como visto, o roteiro fundamenta-se em instrumento gerado por Ford (2013) e adotado nas duas pesquisas devidamente segmentadas (GARCIA; TARGINO, 2017; TARGINO; GARCIA; SILVA, 2018).

A *priori*, identificam-se os títulos de periódicos nacionais na área classificados pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com os conceitos mais elevados (de A1 a B5), e, portanto, mais significativos, por intermédio da Plataforma Sucupira, ferramenta de coleta destinada a efetivar avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Identificada a população, define-se para a coleta de dados a técnica de questionário misto que se adapta ao *survey* e tem o aval de metodólogos, a exemplo de Marconi e Lakatos (2010). Recorrendo-se ao Google docs, os questionários são enviados por meio eletrônico às unidades amostrais: em 2016-2017, a editores de 37 títulos; em 2017-2018, aos *referees* de 34 títulos³. As perguntas constantes do roteiro de coleta estão em consonância com os objetivos enunciados, objetivamente, a identificação de características e modalidades da OPR sob a perspectiva de editores e avaliadores; aceitação (ou não) da OPR no campo da CI; definição das (des)vantagens que os dois segmentos percebem quanto ao sistema aberto. Ao final, a taxa de resposta totaliza 15 editores (40,54%) e 189 avaliadores (26,6%), acima do previsto pelos autores supra, para quem, “[...] em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução” (2010, p. 88).

³ A redução dos periódicos de um período para outro resulta das alterações da avaliação Qualis 2017

Após a tabulação dos dados obtidos, utiliza-se como estratégia análise e interpretação dos dados, seguindo os moldes previstos por esses metodólogos, segundo os quais, a elaboração da análise propriamente dita, em estudos desta natureza, se dá em três níveis: interpretação (verificação dos elementos de estudo para entender as relações entre eles); explicação (esclarecimento sobre os achados); explicitação de categorias acerca dos conhecimentos recém-gerados sobre o fenômeno estudado, ou seja, os elementos subjacentes à viabilidade da adoção da OPR na esfera da CI (MARCONI; LAKATOS, 2010).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante do objetivo operacional número um – identificar características e modalidades da OPR sob a perspectiva de editores e avaliadores – a **Tabela 1** traz os itens apresentados aos respondentes com sua respectiva incidência, com base em teóricos, como Ford (2013); Ross-Hellauer (2017); Spinack (2018): 1. *signed review* / avaliação assinada; 2. *disclosed review* / avaliação tornada pública; 3. *editor-mediated review* / avaliação mediada pelo editor; 4. *transparent review* / avaliação transparente; 5. *crowdsourced review* / avaliação por grupo ampliado de juízes; 6. *pre-publication review* / avaliação pré-publicação; 7. *synchronous review* / avaliação síncrona; 8. *post-publication* / avaliação pós-publicação.

Como dentre os segmentos de editores e de avaliadores, muitos deles são também autores, como antes mencionado, talvez esta seja a justificativa para a avaliação mediada pelo editor alcançar o maior número absoluto em ambos os grupos, com o total de 88. É a perspectiva de que, independentemente da modalidade, o sistema avaliativo precisa manter um mediador com a função de evitar discrepâncias e discordâncias (**Tabela 1**). Quer dizer, a supremacia da *editor-mediated review* sinaliza o quão forte prossegue a interferência do editor como ator na esfera da comunicação científica, tal como se dá na adoção da *blind review* em suas facetas, o que pode interferir em prol de sua utilização na maioria dos títulos em todas as áreas, segundo colocações de Shanahan e Olsen (2014) e de Walsh et al (2000).

Tabela 1 – Modalidades/características da *open peer review* indicadas por editores / avaliadores da Ciência da Informação

Características	Editores	Avaliadores	Total
<i>Signed review</i> / avaliação assinada	4	48	52

<i>Disclosed review</i> / avaliação tornada pública	1	19	20
<i>Editor-mediated review</i> / avaliação mediada pelo editor	14	74	88
<i>Transparent review</i> / avaliação transparente	2	39	41
<i>Crowdsourced review</i> / avaliação por grupo ampliado de juízes	0	14	14
<i>Pre-publication review</i> / avaliação pré-publicação	0	27	27
<i>Synchronous review</i> / avaliação síncrona	1	11	12
<i>Post-publication</i> / avaliação pós-publicação	0	19	19

Adaptação de: Ford, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017, 2018.

Também há coincidência entre os dois agrupamentos no segundo posto que vai para a avaliação assinada, com 52 pontos, assim distribuídos: quatro editores e 48 árbitros. É a constatação inequívoca apontada por Ross-Hellauer (2017) de que os *referees* desejam ser conhecidos e devidamente certificados. O avaliador, ao se tornar visível aos olhos dos autores e da comunidade acadêmica e científica em geral tende a tornar seu parecer mais consistente, no sentido de contribuir para a melhoria dos originais, e, como decorrência, para sua própria formação continuada, uma vez que terá oportunidade de experienciar novas facetas em seu campo de atuação, o que, por sua vez, conduz, inevitavelmente, à avaliação transparente, que ocupa o terceiro posto, com 41 menções totais (**Tabela 1**), objetivando prover o campo científico de maior fidedignidade. Também há os que vivenciam tais práticas na comunidade internacional numa dinâmica de ciência aberta, proporcionando debates profícuos e crescimento da ciência via esforço coletivo, como observações constantes dos questionários devolvidos atestam.

Destaca-se, na quarta posição, a avaliação pré-publicação (27 pontos, todos eles de avaliadores), reforçando o valor da submissão de originais para que a comunidade científica se pronuncie e oportunize ao autor aperfeiçoar seu texto antes do envio formal ao periódico. Manuscritos abertos para pré-revisão são disponibilizados imediatamente antes de qualquer procedimento formal de julgamento por pares que podem ocorrer internamente como parte dos fluxos de trabalho de periódicos ou externamente através às das plataformas e/ou servidores de *preprints*.

Enquanto isto, os três itens menos citados referem-se à avaliação síncrona, isto é, simultânea à edição do artigo, com 12 pontos; à avaliação por grupo ampliado de juízes (14); é avaliação pós-publicação (19), quando, segundo Kern (2017), a comunidade manifesta-se,

favorecendo julgamento mais amplo, quiçá, com chances de novas adequações para submissão posterior de versão reformulada. São números que reiteram, como esperado, as pesquisas por segmento executadas por Garcia e Targino (2017) e Targino e Garcia e Silva (2018). Além do mais, é interessante perceber que, em oposição aos avaliadores que assinalam todas as opções propostas, com o registro de alguns que marcam as oito, dentre os editores, há três alternativas não assinaladas (**Tabela 1**). Face à sua função dentro dos periódicos como profissional responsável pelos procedimentos de editoração em todas as fases, esperava-se que os editores marcassem todos os itens. Afinal,

[...] no processo de avaliação, é ele quem examina preliminarmente o trabalho, verificando se a temática está de acordo com os assuntos aceitos para publicação e se segue as normas gerais de apresentação, como número mínimo ou máximo de páginas, inclusão de resumo, *abstract*, palavras-chave e / ou outros elementos [...], para esse primeiro momento [e para todos os outros] [...] Muitas vezes, o editor tem que intermediar conflitos entre avaliadores e autores (STUMPF, 2005, p. 108-109).

Em relação ao segundo objetivo específico / operacional – discutir o nível de aceitação da OPR no campo da CI por parte de editores e avaliadores – é promissor analisar os dados dispostos na **Tabela 2**. Há visível possibilidade de adoção da *open peer review* em CI como no caso do relato de Chirino et al (2017) a respeito da experiência positiva em OPR vivenciada pela revista de Ciências Sociais, *Encrucijadas*, uma vez que os índices de interesse e / ou disposição em trabalhar com a avaliação aberta alcançam a maioria dos respondentes: 66,6%, no caso de (10) editores; e 60,8%, para (115) avaliadores.

Tabela 2 – Interesse e / ou disposição em trabalhar com a *open peer review*

Resposta	Editores	%	Avaliadores	%
Sim	10	66,6	115	60,8
Não	5	33,4	74	39,2
Total	15	100,0	189	100,0

Fonte: Dados de pesquisa, 217, 2018.

Quanto aos que sinalizam pela permanência da *blind review*, simples ou dupla, desta vez, são os avaliadores que alcançam maior índice: 39,2% (74 avaliadores) contra 33,4% os 5 editores. Em geral, os argumentos mais frequentes dão conta de que ao autor interessa tão somente o

parecer e não o nome do avaliador, uma vez que a interação proposta pode conduzir à perda de independência na manifestação dos critérios por parte dos árbitros. Há, ainda, quem admita sua dificuldade em aceitar críticas, ainda que pertinentes e restritas, majoritariamente, à comunidade científica. Outros alegam que a OPR agrava o risco de parcialidade e de incoerências visando apadrinhar correntes teóricas, nações, organizações e indivíduos que detêm o poder (BOURDIEU, 1994).

Além do mais, há pesquisadores, nos dois grupos, que se queixam das incertezas na operacionalização da OPR. Isto porque, a diversificação excessiva de conceitos e de modalidades, como Amsen (2014) chama atenção, faz com que a *open peer review* possa se transformar apenas num termo genérico para alternativas sobrepostas por pesquisadores e cientistas no campo da avaliação científica. Entretanto, em termos genéricos e dentro das expectativas, a totalidade das 204 unidades amostrais (15 editores; 189 avaliadores) acordam que o sistema aberto mantém como características decisivas para o índice elevado de Interesse e / ou disposição em trabalhar com a *open peer review* (**Tabela 2**) dois itens: (1) identidades abertas, em que autores e revisores estão cientes das identidades uns dos outros; (2) relatórios abertos, publicados com os artigos. De qualquer forma, os traços apontados na **Tabela 1** podem ser combinados ou complementados por outras inovações, mas, sempre, com a participação efetiva da sociedade e a discussão recíproca direta entre autores e revisores, e/ou entre os próprios *referees*.

Neste sentido, coerente com a síntese constante da **Tabela 2**, quando questionados na pergunta número seis do instrumento de coleta – você acredita que a OPR pode melhorar as revistas científicas, em particular, na CI? –, a maior parcela (60%) dos depoentes acredita que sim, em contraposição a 40%, que dizem não. Na linha de pensamento de Spinack (2018), no segmento dos entusiastas pelo sistema aberto, destaca-se a fala de um avaliador e, ao mesmo tempo, autor. Ele diz:

Quanto mais aberto o processo, mais avanço e inovação teremos para a ciência; mais prestígio acadêmico aos avaliadores; mais segurança aos autores; colaboração efetiva com o aprimoramento do texto e da investigação; textos mais cuidadosos e mais bem construídos seriam enviados aos editores (A 43).

As justificativas para os que estão dentre os 40% que não apostam na OPR como recurso para melhoria da produção e da comunicação científica no âmbito da CI, praticamente, são as desvantagens apontadas aqui e ali, no decorrer do *survey*. Aliás, os pontos fortes e os pontos

frágeis incorporam o objetivo número três – delinear (des)vantagens que os dois segmentos percebem quanto ao sistema aberto – e, obtêm-se, então, dados coerentes com os representados na **Tabela 2**. Isto é, dentre a amostra estudada de 204 pesquisadores (editores e avaliadores), com a omissão de 2%, 91% veem vantagens na avaliação aberta e somente 7% não conseguem citar qualquer ponto positivo.

Em se tratando das vantagens (citados 91%) e dos que preveem melhoria para as revistas científicas brasileiras em CI (citados 60%), destaca-se a expressão – qualidade das avaliações – que aparece com termos favoráveis e frequentes, a saber: argumento positivo, prudência, inovação, avanço, aprofundamento, validação, revelando sentimentos alvissareiros com relação à OPR. Transparência é outro item integrado por valorizar o *peer reviewer*, com chance de esclarecimento dos pareceres desfavoráveis; fomento da fluidez no processo de comunicação; estímulo à participação coletiva e à consequente melhoria do conteúdo dos originais enviados para submissão. A terceira vantagem é a responsabilidade maior dos avaliadores na emissão dos pareceres, porque eles adotam maior rigor e fundamentação mais consolidada em seus argumentos, quando sabem que sua opinião será publicada. E ao indicarem correções ou identificarem eventuais desvios na pesquisa beneficiam quem deseja publicar. É a possibilidade efetiva da ciência como sistema social aberto de construção do conhecimento, mediante diálogo entre os atores envolvidos na divulgação científica, o que conduz a um processo coletivo, isto é, a uma produção coletiva.

No caso das desvantagens (citados 7%) e dos que não acreditam na melhoria da modalidade aberta (citados 40%), ao lado dos elementos já arrolados, quais sejam, fragilidade conceitual e operacional, diante do *status quo* nacional quanto ao avanço da C&T e das TIC, há que se citar o número demasiado de modalidades. Segundo Amsen (2014); DeCoursey (2006); e Ford (2013), há outros elementos, tais como: continuidade da complexidade do processo avaliativo; lentidão; maior probabilidade de atrito entre autores, editores e *referees*, com possíveis retaliações contra o árbitro, em situações futuras, como rejeitar manuscritos de forma irresponsável, negar pedidos de subvenção, etc. No entanto, para Nassi-Calò (2017), tornar públicos os pareceres dos *referees* é um caminho sem volta, ressaltando Csiszar (2016), para quem a ciência pode, sim, assumir mecanismos de autorregulação em busca de consenso, mas sempre em meio a incertezas acerca da postura conceptual e comportamental dos árbitros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o objetivo amplo da pesquisa, isto é, apresentar síntese da tendência da área de Ciência da Informação em utilizar (ou não) a OPR em suas revistas científicas, tomando como referência dois estudos anteriores executados pelos autores com dois segmentos da área – editores (GARCIA; TARGINO, 2017) e avaliadores (TARGINO; GARCIA; SILVA, 2018), os resultados ora apresentados e discutidos apontam visão favorável da amostra pesquisada. Isto porque, mais da metade dos editores (66,6%) e dos avaliadores (60,8%) afirma manter interesse e / ou disposição em trabalhar com a *open peer review*. De forma similar, ambos os grupos reunidos concordam que há vantagens no sistema aberto (91%) tanto para a CI quanto para a melhor qualidade das revistas (60%).

Logo, há concordância sobre ser a OPR um sistema apto a qualificar tanto os periódicos de uma área quanto a própria ciência, incluindo a CI, face às potencialidades de que dispõe, a exemplo de identidades abertas; interação aberta; plataformas abertas; oportunidade de aderência do público à produção científica, dentre outros itens arrolados. Infere-se, pois, que há possibilidade de o sistema aberto ser aceito e adotado na Ciência da Informação, com o adendo de que há grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq, estudando os passos para viabilizar o lançamento de um título em processo aberto na área.

É evidente, porém, que a mutação do sistema fechado para o aberto nem será rápido nem dar-se-á concomitantemente em nações, áreas, especializações, títulos, etc. É um processo em mutação. No momento, há indícios, como antes arrolado, que a OPR está conseguindo maior adesão em revistas internacionais e no campo das ciências da saúde. Também, estudos anteriores referendados por Crawford e Stucki (1990) e Csiszar (2016) apontam as gerações jovens como mais propensas à OPR.

Em suma, os autores consultados, com atuação na temática, asseguram que a OPR está se movendo em direção a conformar a publicação científica, mas há muito a ser feito. Exemplificando, é urgente decidir sobre: questões de gerenciamento; níveis de interação entre editores, autores, avaliadores e o público em geral, uma vez que há plataformas que propiciam a inclusão de indivíduos fora do campo de conhecimento; definições, visões e expectativas relativas à *open peer review* fixadas ainda com fragilidade (SPINACK, 2018).

Por fim, em consonância com Schmidt et al (2018, *passim*, tradução nossa), transcreve-se decálogo sobre avaliação aberta para conhecimento e maior reflexão:

Entenda com que tipo de *open peer review* você está lidando.

A *open peer review* fundamenta-se (e estimula) na confiança mútua, no respeito e na abertura às críticas.

A *open peer review* permite a garantia de qualidade construtiva e eficiente.

A *open peer review* amplia a transparência e a prestação de contas.

A *open peer review* facilita discussões mais amplas e mais inclusivas.

A *open peer review* concede reconhecimento aos árbitros e torna as avaliações possíveis de citação.

A *open peer review* está conquistando popularidade.

A *open peer review* oferece oportunidades de aprendizagem e facilita o treinamento.

A prática da *open peer review* é possível mesmo quando ainda não está formalmente adotada.

A *open peer review* requer mais análises e pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMSEN, E. What is open peer review? **F1000 Research**, [S. l.], 2014.

BOURDIEU, P. El campo científico. **Redes: Revista de Estudios Sociales de la Ciencia**, Quilmes, v. 1, n. 2, p. 129-160, 1994.

CRAWFORD, S.; STUCKI, L. Peer review and the changing research record. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 41, n. 3, p. 223-228, 1990.

CHIRINO, D. M. et al. Potencialidad y viabilidades de los procesos de evaluación por pares abierto: el caso de Encrucijadas. *Revista Crítica de Ciencias Sociales*. **Teknokultura**, v. 14, n. 1, p. 35-56, abr. 2017.

CSISZAR, A. Peer review: troubled from the start. **Nature**, n. 532, p. 306-308, 2016.

DeCOURSEY, T. Perspective: the pros and cons of open peer review. **Nature**, 2006. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/peerreview/debate/nature04991.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

FORD, E. **Defining and characterizing open peer review: a review of the literature.** Portland:: Portland State University, 2013.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. *Open peer review sob a ótica de editores das revistas brasileiras da Ciência da Informação.* In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18., 23-27 out. 2017, Marília – SP. [Anais Eletrônicos...] Marília: ANCIB / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.

KERN, V. M. Inovações na revisão por pares: o papel do software. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 18., 23-27 out. 2017, Marília – SP. [Anais Eletrônicos...] Marília: ANCIB / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORA-CAMPOS, A. Nuevas formas de revisión por pares en revistas científicas: revisión abierta / open review. **Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-4, 2015.

NASSI-CALÒ, L. Aumenta a adoção de avaliação por pares aberta [online]. **Scielo em Perspectiva.** 2017. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2017/01/10/aumenta-a-adoacao-de-avaliacao-por-pares-aberta>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

OVERVIEW: Nature’s peer review trial. **Nature**, [S. l.], p. 1-3, Dec. 2006.

P2p-FOUNDATION. Open peer review. 2016. Disponível em: <https://wiki.p2pfoundation.net/Open_Peer_Review>. Acesso em: 12 jun. 2017.

RANALLI, B. A prehistory of peer review: religious blueprints from the Hartlib Circle. **Spontaneous Generations: a Journal for the History and Philosophy of Science**, Toronto, v. 5, n. 1, p. 12-18, 2011.

ROSS-HELLAUER, T. What is open peer review? A systematic review. **F1000 Research**, v. 6, n.588, p. 1-30, 2017.

SCHMIDT, B. et al. Ten considerations for open peer review: [version 1; referees: 1 approved]. **F1000 Research 2018**, 23 Jul. 2018.

SHANAHAN, D. R.; OLSEN, B. R. Opening peer-review: the democracy of science. **Journal of Negative Results in BioMedicine**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-2, 2014.

SPINAK, E. Sobre as 22 definições de avaliação aberta... e mais. **SciELO em Perspectiva.** Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2018/02/28/sobre-as-vinte-e-duas-definicoes-de-revisao-por-pares-aberta-e-mais>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

STUMPF, I. R.C. Avaliação de originais nas revistas científicas: uma trajetória em busca do acerto. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. (Org.). **Preparação de revistas**

científicas: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 103-122.

TARGINO, M. das G.; GARCIA, J. C. R.; SILVA, K. L. N. da. **Avaliadores da área de Ciência da Informação frente à *open peer review***. (*Prepaper*: em processo de avaliação junto à Revista Interamericana de Bibliotecología, Antioquia, Colombia, jun. 2018). 25 p.

TENNANT, J.; GRAZIOTIN, D.; KEARNS, S. Nós temos a tecnologia para salvar a avaliação por pares: agora compete às nossas comunidades implementá-las. **Scielo em Perspectiva**. 2017. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2017/09/27/nos-temos-a-tecnologia-para-salvar-a-avaliacao-por-pares>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WALSH, E. et al. Open peer review: a randomised controlled trial. **The British Journal of Psychiatry**, [S. l.], v. 176, n. 1, p. 47-51, Jan. 2000.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.